



2473 24-9 '18

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares

Procº nº01.02.01 (CDS-PP)

Assunto: Pergunta nº 1960/XIII/3ª de 23 de abril de 2018

Em resposta ao Ofício n.º 1624, de Vª. Exª., de 23 de abril de 2018, transmitindo a **pergunta nº 1960/XIII/3ª** subscrita pelos Exmos. Senhores **Deputados da Assembleia da República Vânia Dias da Silva, Teresa Caeiro, João Pinho de Almeida e Nuno Magalhães do Grupo Parlamentar do CDS-PP**, encarrega-me o Senhor Ministro da Cultura que informe o seguinte:

O Ministério da Cultura está cômico da existência da multiplicidade de “Caminhos de Santiago” e dos diversos agentes intervenientes sobre esta matéria no território nacional. Este facto não tem permitido desenvolver uma ação consertada e estratégica que possibilite a aplicação de uma uniformidade de critérios, que garanta uma gestão eficiente e que previna áreas de eventual conflitualidade.

Estes diversos intervenientes, que atuam no território, desenvolvem a sua ação ao nível local e regional, tendo decorrido alguns programas cofinanciados pela União Europeia, vocacionados para o conhecimento e valorização de alguns dos itinerários referenciados como pertencendo ao Caminho de Santiago. Estas ações vêm demonstrar a importância que os agentes locais reconhecem aos valores patrimoniais, espirituais e lúdicos inerentes a estes percursos.

O Caminho de Santiago tem uma expressão internacional e universal, extrapolando as fronteiras nacionais, nomeadamente com o reconhecimento de alguns itinerários pelo Conselho da Europa e pela UNESCO.



Tratando-se de um percurso que assenta em traçados e vias antigas, muitas reabilitadas de acordo com novas técnicas de construção viária, é indubitável que o Caminho de Santiago nacional assenta numa rede de percursos que necessitam de ser conhecidos e delimitados com rigor, sinalizados e fruídos nas suas múltiplas expressões, quer ao nível do património cultural, quer natural.

Reafirma-se que está em curso um trabalho articulado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Economia “através da Secretaria de Estado do Turismo [...] com o objetivo de responder à necessidade de uma política integrada e de âmbito nacional para os Caminhos de Santiago, assente numa proposta legislativa sobre a matéria.”

Efetivamente, a resposta que o Ministério da Cultura encetou em relação ao diagnóstico verificado sobre a matéria prende-se com a elaboração de um Diploma Legal que garanta a coordenação nacional quanto ao estabelecimento de uma política para a gestão e salvaguarda do Caminho de Santiago.

Este documento de natureza jurídica, visa responder, precisamente, às diversas dificuldades que os diferentes agentes têm no seu quotidiano, como o reconhecimento, estudo ou valorização destes itinerários, e respetivo financiamento. Procura-se, deste modo, criar uma normalização e uma harmonização de atuação em relação a estes percursos a nível nacional, estabelecendo um conjunto de requisitos que ordenem as diversas ações a realizar e onde possam estar representados os vários agentes públicos envolvidos com competências na área do património cultural, do urbanismo, do turismo, da administração local, dos privados, realidade que exige a criação de uma entidade coordenadora nacional multidisciplinar.



Em síntese, pode referir-se que se almeja com o futuro Diploma, que se encontra em construção, criar um instrumento legal que defina critérios comuns que permitam reconhecer, salvaguardar e valorizar o Caminho de Santiago, através da elaboração de anexos que incluam princípios que permitam certificar uma marca para o Caminho de Santiago, através da criação de uma entidade coordenadora de natureza nacional, a qual possa integrar um conselho executivo, consultivo e científico.

No decurso dos trabalhos desenvolvidos na elaboração do texto do Diploma Legal têm vindo a ser auscultadas, ao longo do ano de 2018, várias entidades, quer Câmaras Municipais, quer instituições com responsabilidades regionais, quer associações de peregrinos, entre outras.

Com os melhores cumprimentos, *personais*

A Chefe do Gabinete

Maria do Rosário Calvão